

AS CIDADES PEQUENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS ANALÍTICOS E ABORDAGEM ESPACIAL

Paulo Fernando Jurado da Silva¹

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

E-mail: pfjurado@uems.br

Giovane Silveira da Silveira²

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

E-mail: giovane@uems.br

Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli³

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

E-mail: marahora@uems.br

Resumo

Este texto discute os desafios analíticos e a abordagem espacial aplicados à compreensão contemporânea das cidades pequenas no Brasil, no contexto da urbanização desigual e contraditória presente na produção do território. Em termos metodológicos, a investigação baseou-se na interpretação teórica e material da realidade, assim como em dados secundários provenientes de órgãos e instituições públicas sobre população, economia, emprego, difusão da internet e outros temas correlatos, os quais subsidiaram a elaboração de mapas e inferências sobre a temática das cidades pequenas. Adotou-se como ponto de partida o corte demográfico de até 50 mil habitantes para a definição das cidades eleitas para a investigação, reconhecendo-se, entretanto, os limites desse critério. Os resultados demonstraram que essa fração do urbano no país compõe a realidade espacial mais abrangente do território nacional, correspondendo a cerca de um quarto da população brasileira. Observa-se, por fim, a difusão dos grandes setores da economia sob a ótica do emprego em diferentes escalas espaciais, bem como os desafios relacionados à cobertura da internet nesses centros. Tais elementos permitem concluir e inferir sobre a configuração desses espaços a partir da interpretação de uma modernização restrita e seletiva do território.

Palavras-chave: Cidades pequenas; Urbanização; Abordagem espacial; Desigualdades territoriais; Tecnologia da informação e comunicação.

SMALL CITIES IN CONTEMPORARY BRAZIL: ANALYTICAL CHALLENGES AND SPATIAL APPROACH

¹ Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UEMS).

² Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Ponta Porã. Docente Credenciado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) e no Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas.

³ Professora dos Cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Abstract

This text discusses the analytical challenges and spatial approach applied to the contemporary understanding of small towns in Brazil, within the context of unequal and contradictory urbanization present in the production of the territory. Methodologically, the investigation was based on the theoretical and material interpretation of reality, as well as on secondary data from public agencies and institutions concerning population, economy, employment, internet diffusion, and other related topics, which supported the development of maps and inferences on the theme of small towns. The study adopted a demographic threshold of up to 50,000 inhabitants as a starting point to define the cities selected for analysis, while acknowledging the limitations of this criterion. The results showed that this fraction of the urban population represents the most widespread spatial reality across the national territory, accounting for about a quarter of Brazil's population. Finally, the diffusion of major economic sectors is observed through the lens of employment at different spatial scales, as well as the challenges related to internet coverage in these centers. These elements allow for conclusions and inferences regarding the configuration of these spaces based on the interpretation of a restricted and selective modernization of the territory.

Keywords: Small cities; Urbanization; Spatial approach; Territorial inequalities; Information and communication technology.

CIUDADES PEQUEÑAS EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO: DESAFÍOS ANALÍTICOS Y ENFOQUE ESPACIAL

Resumen

Este texto analiza los desafíos analíticos y el enfoque espacial aplicados a la comprensión contemporánea de las ciudades pequeñas en Brasil, en el contexto de la urbanización desigual y contradictoria presente en la producción del territorio. Metodológicamente, la investigación se basó en la interpretación teórica y material de la realidad, así como en datos secundarios provenientes de organismos e instituciones públicas sobre población, economía, empleo, difusión de internet y otros temas relacionados, que subsidiaron la elaboración de mapas e inferencias sobre la temática de las ciudades pequeñas. Se adoptó como punto de partida el umbral demográfico de hasta 50.000 habitantes para la definición de las ciudades seleccionadas para la investigación, reconociendo, sin embargo, los límites de este criterio. Los resultados demostraron que esta fracción del ámbito urbano del país constituye la realidad espacial más amplia del territorio nacional, correspondiendo aproximadamente a una cuarta parte de la población brasileña. Por último, se observa la difusión de los principales sectores económicos desde la perspectiva del empleo en diferentes escalas espaciales, así como los desafíos relacionados con la cobertura de internet en estos centros. Estos elementos permiten concluir e inferir sobre la configuración de estos espacios a partir de la interpretación de una modernización restringida y selectiva del territorio.

Palabras clave: Ciudades pequeñas; Urbanización; Enfoque espacial; Desigualdades territoriales; Tecnología de la información y la comunicación.

Introdução

As cidades pequenas representam uma realidade importante no território brasileiro e também no mundo. Diversos estudos já consideraram essa realidade ao destacar sua relevância para o desenvolvimento regional e a dinâmica socioespacial. Trata-se de uma dimensão inerente ao processo de urbanização, que não deve ser compreendido como algo

estranque, mas como um fenômeno em andamento, continuidade e em permanente transformação.

Autores como Corrêa (1999), Santos (1982) e Fresca (2001) auxiliaram na compreensão dessa realidade socioespacial, presente em todas as regiões do território brasileiro. Trabalhos contemporâneos como os de Soares (2008), Bernardelli (2004), Jurado da Silva e Sposito (2007, 2009), também têm contribuído para o debate sobre o tema, descrevendo, em diferentes medidas, a inserção desses centros em distintas regiões. Assim, há um repertório crítico que permite ler, compreender e estudar tal realidade socioespacial.

Consequentemente, tendo como base esta construção teórica e científica é que se delinea o artigo, com o objetivo de debater os desafios analíticos e a abordagem espacial para a compreensão contemporânea das cidades pequenas, a partir da dinâmica da urbanização.

É importante ressaltar que a urbanização mundial tem ganhado novas nuances e contorno, com a inserção e expansão das tecnologias da informação e comunicação. Assim, quando se escreve, por exemplo, sobre a superação da hierarquia urbana a partir da internet e da conexão de produtos e serviços entre diferentes centros de distintas regiões e países, deve-se ter a cautela necessária para não se proferir generalizações descabidas na análise do fenômeno.

Para tanto, metodologicamente, recorreu-se ao levantamento e à revisão bibliográfica sobre o assunto, assim como à compilação de dados secundários em diversos sítios institucionais. No IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foram coletados dados sobre população, especialmente. O ano de 2022 configurou-se como ano base de apoio para as demais pesquisas, considerando-se a possibilidade comparativa, estabelecida a partir deste cenário. No Ministério do Trabalho e Emprego, dados sobre vínculos empregatícios; na Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), informações sobre exportações; e, na Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), dados referentes à cobertura de internet no país. A partir desses procedimentos, foram elaborados mapas sobre as dimensões abordadas, bem como análises teóricas e empíricas acerca do tema das pequenas cidades e da urbanização contemporânea.

Dessa maneira, a tarefa esboçada aqui é desafiadora. Temos a certeza de que não esgotaremos o debate, mas acreditamos que lançaremos elementos para um diálogo crítico sobre o tema. Nesse sentido, este texto configura-se como um esboço de uma tarefa que

precisa ser desenvolvida a partir de uma agenda coletiva. Temos construído essa agenda ao longo de anos por meio das nossas trajetórias individuais e nas nossas orientações, na Mikripoli – Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades, bem como em diferentes eventos e espaços de construção coletiva da Geografia e de áreas afins.

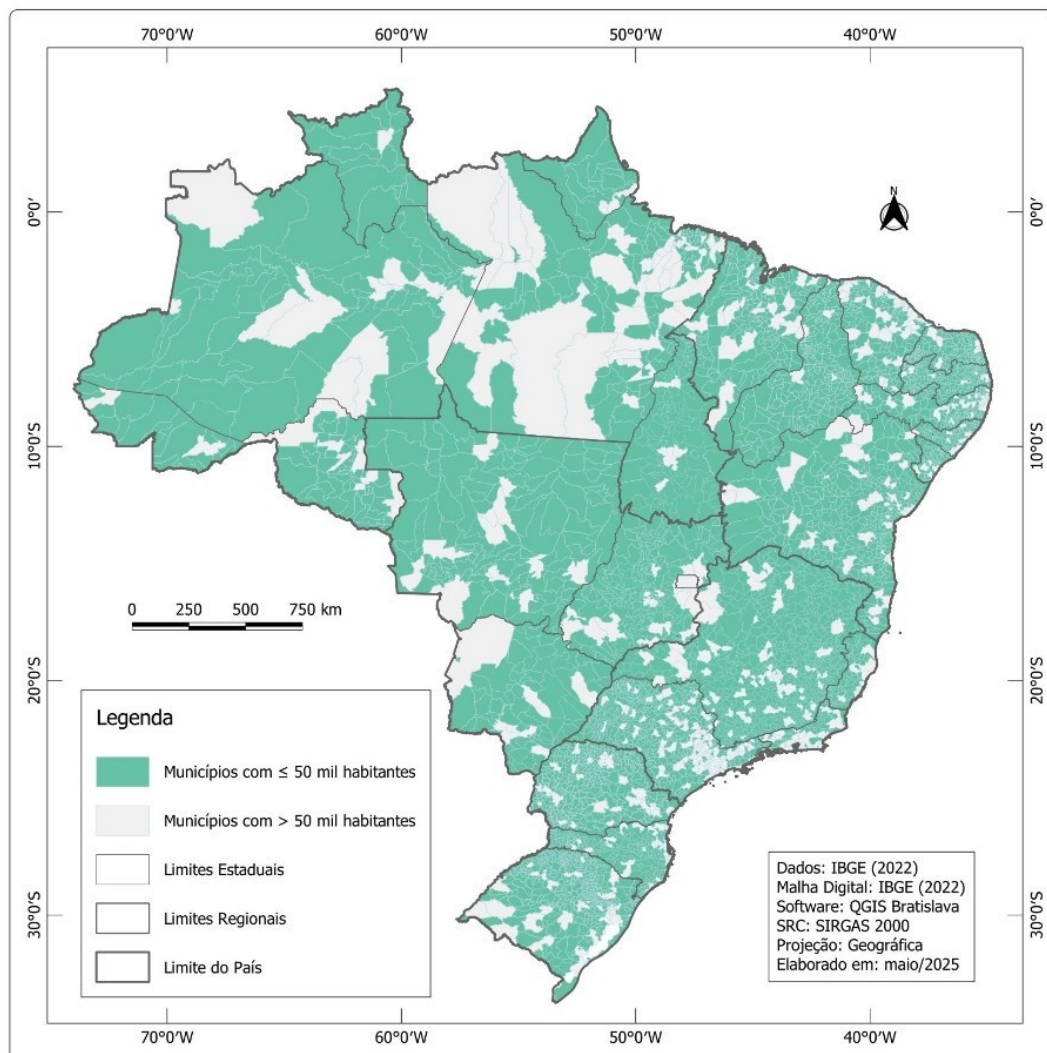
Assim, para início de debate, consideraremos, conforme Corrêa (1999), o patamar de 50 mil habitantes como critério para estabelecer um recorte dos municípios que possam apresentar tal condição. Todavia, compreendemos que certas generalizações podem ser limitadoras no caso brasileiro, sendo necessário verificar as diferentes formações socioespaciais, os sistemas urbanos regionais, o aspecto funcional na rede urbana, valorizando as particularidades relacionais produzidas na interação com diversos centros e o contexto local, além da interação com o espaço rural (Jurado da Silva; Sposito, 2007; Jurado da Silva, 2009).

No caso em tela, partimos da escala municipal (Soares, 2008), entendendo-a como ponto de partida para a compreensão dialética da relação cidade-campo. Nesse contexto, observa-se que os municípios com menos de 50 mil habitantes são predominantes no país, conforme pode ser visualizado na Figura 01.

Esta categoria pode abranger grande diversidade socioespacial de cidades pequenas, cabendo nesse quociente aquelas com polarização baixa, restrita à sua extensão territorial municipal e outras com maior alcance espacial. Em termos proporcionais à dimensão territorial de cada unidade da federação, é o Estado do Pará que apresenta a menor participação dessa categoria em seu território, embora se ressalte que os municípios dessa unidade da federação são extensos, além de haver uma quantidade menor de municípios em comparação com estados como São Paulo e Minas Gerais.

Nesse sentido, compreender essa realidade exige o reconhecimento de possíveis distorções, sendo apenas um exercício analítico, passível de ajustes, conforme a realidade local em que o fenômeno se evidencia ou se delinea. Por exemplo, cidades como Borá, com população inferior a 907 habitantes (IBGE, 2022) e forte relação com o capital canavieiro, contrastam com outras que apresentam um limiar populacional mais elevado, como é o caso de Adamantina (34.687 habitantes, IBGE, 2022), no interior de São Paulo, que possui maior diversificação do ponto de vista industrial, comercial e de serviços (Jurado da Silva, 2011).

Figura 01. Municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes no Brasil, 2022.



Fonte: Organização própria.

Ou seja, não se pode escrever sobre a urbanização contemporânea no Brasil sem levar em conta o campo e, por extensão, a dinâmica rural/agrária. Sabe-se que, historicamente, cidade e campo são interligados, embora alguns autores tentem compreender essa realidade de forma estanque e antagônica, tratando um como negação do outro. Pode até ser, do ponto de vista da divisão territorial do trabalho, em que o campo se vincula à produção agrícola e da natureza, e a cidade à indústria e à concentração, mas no mundo contemporâneo as realidades são multifacetadas, e esses universos conceituais se embaralham em seus conteúdos, embora permaneçam como formas espaciais. Não se trata,

portanto, de negar sua existência; o que se advoga é que a complexidade se intensifica e confere a essas realidades um contexto mais amplo e de múltiplas conexões.

Consequentemente, observa-se que o quadro socioespacial brasileiro é complexo, exigindo uma leitura aprofundada da diversidade, para que não se incorra em equívocos conceituais. Sem sombra de dúvidas, entendemos as cidades pequenas como ponto de partida para a compreensão de todos os demais núcleos urbanos, pois nelas se expressa o patamar inicial, mínimo e básico da realidade urbana, não apenas no sentido da dimensão demográfica, mas também pelo conteúdo que revelam, repleto de contradições. São núcleos primazes da formação socioespacial, com conteúdo e forma de magnitude mais simples e menos densa, o que, no entanto, não significa ausência de complexidade.

Nesse sentido, o texto está organizado nesta introdução, em que é apresentado o tema a ser desenvolvido, seguida de dois itens teóricos que abordam a urbanização, a diversidade espacial e as cidades pequenas, bem como um ensaio sobre a urbanização brasileira contemporânea a partir desta escala da rede urbana. A partir dessa dinâmica, são apresentadas as considerações finais que sumarizam o debate e reforçam a necessidade de uma agenda coletiva de pesquisa.

Com base em tais premissas, consideramos que o espaço brasileiro é dotado de dinâmicas de diversidade e de homogeneização. Temos um par contraditório para a leitura socioespacial em que as cidades pequenas não devem ser estudadas isoladamente, mas no contexto das suas relações no quadro da urbanização, como será melhor trabalhado a seguir.

Urbanização, diversidade espacial e cidades pequenas

Muito já se produziu sobre a urbanização brasileira e seu crescimento exponencial no século XX, demonstrando tanto os aspectos relativos ao interurbano – como aqueles ligados à conformação de sua rede urbana, diferenciação entre os núcleos urbanos, articulações e desconexões referentes aos sistemas de comunicações e transportes, quanto aqueles referentes ao intraurbano, tais como desigualdades, fragmentação e segregação socioespaciais, periferização, centralidade, entre muitos outros.

Parte estruturante da sociedade contemporânea, o urbano é o lugar de residência da expressiva maioria dos brasileiros, sendo que em 2022 já congregava 87,41% (IBGE, 2022) da população do país. Considerando-se o universo das cidades existentes, parcela expressiva

desta população está concentrada, sobretudo, em cidades grandes, acima de 500 mil habitantes, representando cerca de 30% do total, percentual que se amplia consideravelmente, quando se considera as regiões com maior densidade populacional na órbita das maiores cidades, como as regiões e áreas metropolitanas e as aglomerações urbanas, com fortes interligações econômicas e funcionais. As dinâmicas presentes nas cidades apresentam, deste modo, gradientes muito diferenciados, conforme os papéis e os níveis de articulação que os centros urbanos apresentam.

Porém, mais de 88% dos municípios brasileiros são considerados pequenos (do total de 5570), representando 4.913 cidades com até 50 mil habitantes, onde vive aproximadamente um quarto da população (25,19%), com base no último Censo Demográfico do IBGE (2022). Isso representa aproximadamente 45 milhões de pessoas vivendo em pequenas cidades.

Especialmente após a Segunda Guerra Mundial a urbanização intensificou-se no país, principalmente devido à movimentação demográfica no território, notadamente pela migração rural-urbana e inter-regional, assim como, o aumento da taxa de natalidade no período e com isso:

[...] Estima-se que, entre 1960 e o final dos anos oitenta, auge do ciclo migratório, saíram do campo para as cidades quase 43 milhões de pessoas, considerando, inclusive os ‘efeitos indiretos da migração’, ou seja, os filhos tidos pelos migrantes rurais nas cidades.” (Brito; Pinho, 2012, p. 7).

Tal processo ocorreu de forma acelerada e intensa por todo o território, marcado, porém, por especificidades e particularidades concernentes à dinâmica econômica diferenciada vivenciada pelas regiões brasileiras. Assim, a urbanização se manifestou/manifesta como um fenômeno de enorme complexidade, envolvendo a expansão do território urbano, o crescimento populacional, transformações econômicas, sociais, culturais e políticas, promovendo mudanças desde a estrutura social, não estando restrito somente ao crescimento físico das cidades.

Segundo Lefebvre (1969; 1973) quando se analisa o urbano é necessário entendê-lo como processo social, identificado e articulado à totalidade da vida no contexto contemporâneo, que é realizado de forma ampla em todos os espaços existentes (espaços de produção e da reprodução social), fundamental às dinâmicas capitalistas, porém reproduzindo múltiplas contradições, com sérias implicações na estruturação da sociedade, particularmente, na sua era urbana.

Carlos (1994) ressalta que as contradições e conflitos derivados desta forma de produção do espaço incorre em uma espacialidade fragmentada, sendo marcadamente segmentada, reprodutora de desigualdades e diferenciações socioespaciais. Analisar tais processos exige observar as formas geradas, mas indo muito além delas, compreendendo como envolvem a constituição do humano no quadro de uma sociedade profundamente desigual, que determina formas de apropriação diferenciadas do espaço produzido. Desta forma, o lugar é revelador da multiplicidade de relações que conformam a totalidade, evidenciando o conteúdo social da produção do espaço, que é, ao mesmo tempo, articulado e fragmentado, constituidor da sociedade urbana (Carlos, 1997).

Um outro conceito que nos auxilia a refletir sobre a questão urbana na atualidade é o proposto por Monte-Mor (2005) ao debater a “urbanização extensiva”, na medida em que o urbano avança os limites formais/legais da cidade, estabelecendo novas formas espaciais, promovendo o reordenamento de territórios e modificando os modos de vida. No contexto atual o rural e o urbano se interpenetram, processo que pode ser observado em distintas áreas, manifestando características urbanas em espaços tradicionalmente rurais e em regiões circunvizinhas, tornando mais complexa a realidade a ser analisada.

Nesta perspectiva, a proposta centra-se em pensar o urbano como dimensão estruturante da sociedade contemporânea, porém, refletindo suas manifestações a partir das pequenas cidades, espaços que geralmente estão em profunda relação com o mundo rural. Conforme Corrêa (2011), a pequena cidade apresenta diferentes origens e houve um esforço do autor em tentar conceitua-la, propondo a reflexão a partir da proposição de tipos idealizados, que pudessem oferecer subsídios para se pensar em sua complexidade.

O fato é que são inúmeros os processos que estão na base da constituição das cidades, resultados de distintas formações socioespaciais. O autor ressalta o fato de que, em meados do século passado, houve uma modificação crucial nos papéis das cidades, a partir do desenvolvimento da industrialização e do processo de modernização do campo brasileiro, acelerados, sobretudo, a partir dos anos 1960, com rebatimentos importantes em toda a rede urbana, mas com reflexos diferenciados nas pequenas cidades, tendo em vista, especialmente, as relações do urbano com o rural apresentarem maior visibilidade e materialidade nelas.

A maior articulação observada no território, em termos das comunicações e das redes de transporte, com o crescimento acentuado do modal rodoviário, representou para uma parcela das cidades menores atrativos para a manutenção da população. Conforme a

Tabela 01, observa-se o declínio na população que vive em cidades pequenas de até 20 mil habitantes desde os anos de 1970. Também fica explícito que idêntico fenômeno ocorre no estrato acima de 20 até 50 mil habitantes. Por sua vez, na Tabela 02, identifica-se que estes dois estratos da rede urbana representam, para o Censo de 2022, quase 45 milhões de pessoas, ou pouco mais de 25% da população urbana total do país.

Tabela 01. Distribuição percentual da população urbana segundo o tamanho das cidades, 1970 – 2022.

Tamanho das cidades	1970	1980	1991	2000	2010	2022
até 20 mil	14,44%	12,12%	12,4%	13,35%	12,18%	11,8%
20-50 mil	17,88%	15,28%	14,56%	13,84%	13,69%	13,39%
50-100 mil	10,85%	12,9%	12,92%	12,31%	11,23%	11,23%
100-500 mil	23,18%	24,33%	26,34%	27,13%	28,51%	30,61%
>500 mil	33,65%	35,36%	33,78%	33,36%	34,39%	32,96%
Total	52.097.054	80.437.327	110.990.990	137.953.959	160.925.804	177.508.417
>100 mil	56,83%	59,7%	60,12%	60,49%	62,9%	63,57%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022.

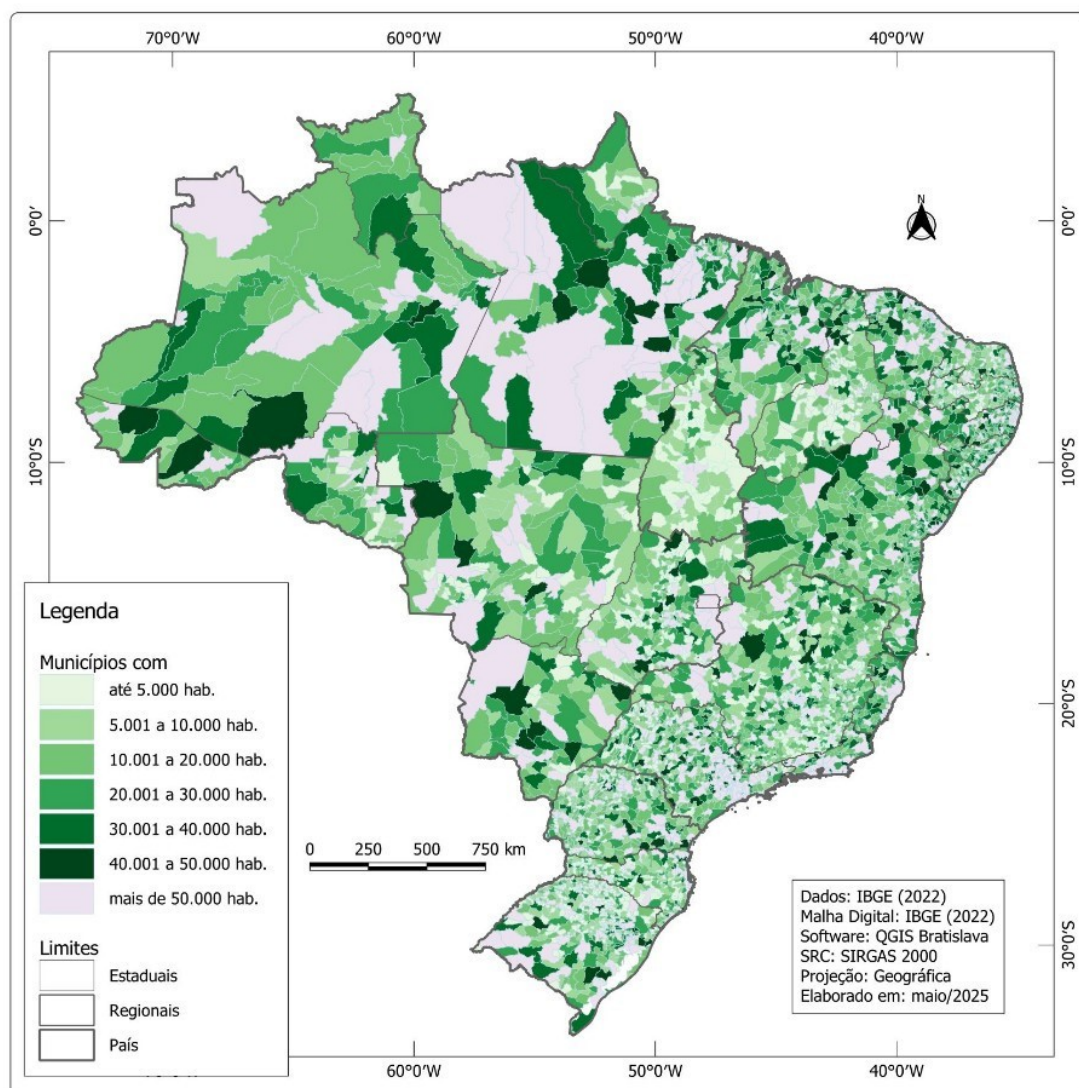
Tabela 02. Distribuição absoluta da população urbana segundo o tamanho das cidades, 1970 – 2022.

Tamanho das cidades	1970	1980	1991	2000	2010	2022
até 20 mil	7.523.060	9.747.971	13.758.230	18.415.230	19.604.815	20.952.381
20-50 mil	9.317.371	12.289.421	16.165.064	19.097.894	22.025.085	23.772.211
50-100 mil	5.650.529	10.379.663	14.342.156	16.988.107	18.071.038	19.942.166
100-500 mil	12.077.387	19.574.353	29.236.578	37.429.163	45.875.881	54.334.457
>500 mil	17.528.707	28.445.919	37.488.962	46.023.565	55.348.985	58.507.202
Total	52.097.054	80.437.327	110.990.990	137.953.959	160.925.804	177.508.417
>100 mil	29.606.094	48.020.272	66.725.540	83.452.728	101.224.866	112.841.659

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022.

Na Figura 02, que mostra a distribuição das pequenas cidades por estratos de população, fica evidenciado a enorme fragmentação espacial existente, especialmente na porção leste do território brasileiro, área de ocupação mais antiga e, portanto, de maiores disputas políticas, o que resultou na formação de maior número de municípios. Os estados da federação que conheceram processos mais recentes de ocupação não indígena, e de desenvolvimento capitalista no território, notadamente, nas Regiões Centro-Oeste e Norte, o número de pequenas cidades é bastante limitado, quando comparado às de povoamento mais antigo.

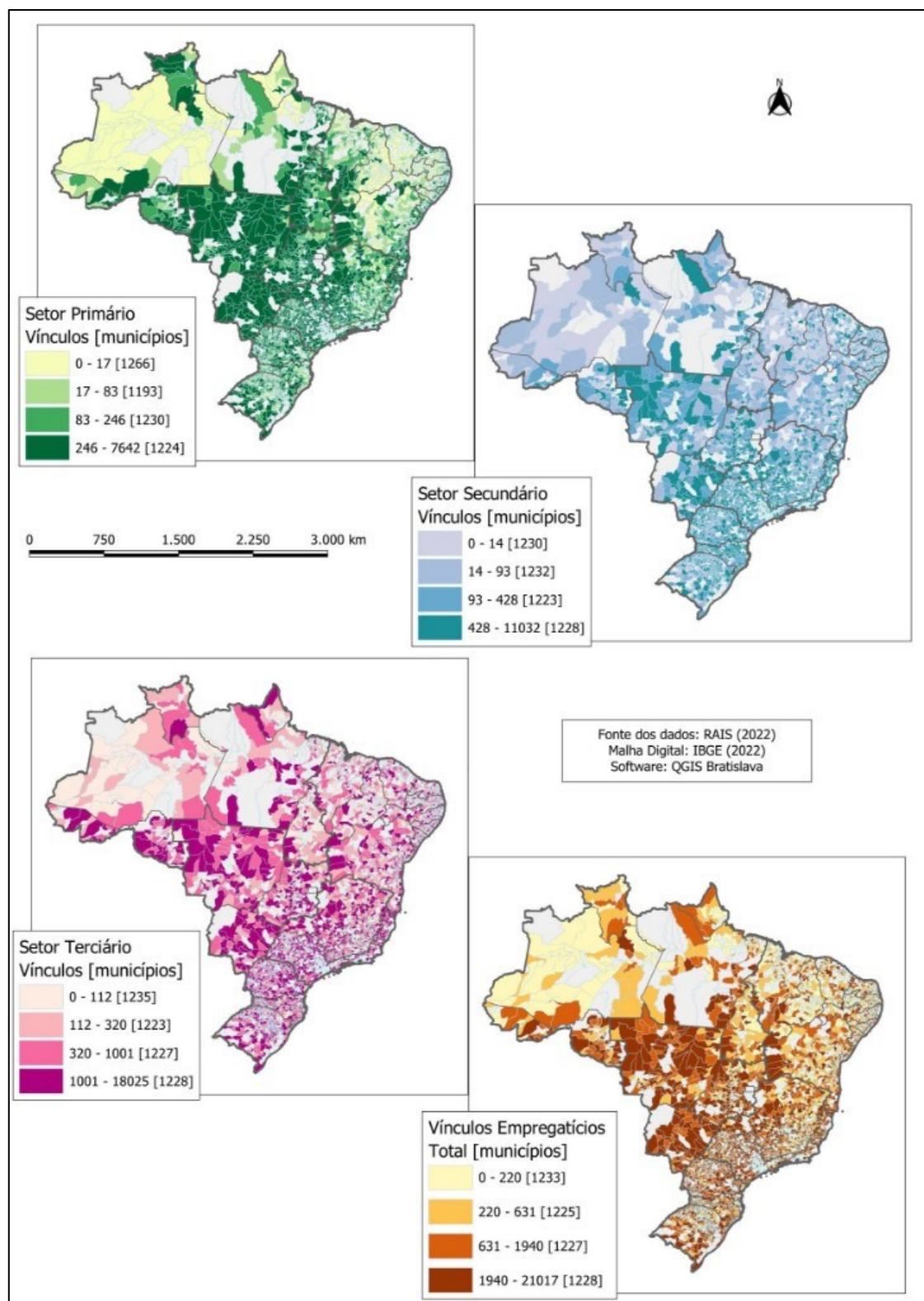
Figura 02. Municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes no Brasil segundo estrato demográfico, 2022.



Fonte: Organização própria.

Isso, por outro lado, nos auxilia a pensar sobre a importância significativa desses centros para a compreensão do território nacional. Mas, isso não significa, por outro lado, ponderar que eles são homogêneos, mas considerar a diversidade desses centros no mosaico da produção urbana, assim como os arranjos locais das redes urbanas e as configurações dos grandes setores da economia e o mundo do trabalho (Figura 03).

Figura 03. Vínculos empregatícios nos municípios com menos de cinquenta mil habitantes no Brasil, por grandes setores da economia, 2022.



Fonte: Organização própria.

No que tange à relação estabelecida entre o Setor Primário e o contexto das cidades pequenas, observa-se a concentração de vínculos empregatícios no Sul, no Sudeste e nas faixas do agronegócio no Centro-Oeste. Isso, por outro lado, demonstra a força da grande propriedade, do predomínio de produção agropecuária voltada à exportação junto ao contexto regional de distintas redes urbanas. Já os menores quocientes estatísticos de vínculos observados na Amazônia e no Semiárido nordestino não significam ausência de trabalho, mas também demarca a possibilidade do trabalho informal (algo não exclusivo apenas destas regiões, mas também presentes nas demais, em menor ou maior intensidade, a depender do contexto).

No Setor Secundário, verifica-se que o quadro de disparidades territoriais na difusão dos vínculos empregatícios permanece atrelado às estruturas herdadas de concentração e centralidade econômica do país, particularmente na chamada Região Concentrada (Santos; Silveira, 2001). No entanto, observa-se que o Centro-Oeste também apresenta importante participação no setor, evidenciando o papel das atuais cadeias de produção agroindustrial associadas às atividades pecuária, agrícola e mineral.

Esse processo pode ser claramente observado no setor de celulose em Mato Grosso do Sul, com a instalação de algumas das maiores plantas fabris do mundo nesse segmento, nos municípios de Ribas do Rio Pardo e Inocência, por meio de investimentos nacional e internacional, respectivamente. Outras áreas do país, como é o caso do Nordeste, também apresentam participação da mão de obra na atividade industrial, assim como ocorre no Norte, embora com uma configuração de disseminação de menor volume e intensidade, especialmente no contexto das cidades pequenas em questão.

Por fim, comparece o Setor Terciário, que apresenta a maior difusão espacial entre todas as grandes regiões do país. Entretanto, isso não significa ausência de precarização do trabalho ou informalidade, considerando que parte significativa da mão de obra empregada no setor também está submetida à baixa remuneração, ao trabalho intensivo e à realização de atividades laborais mais simples. Isso revela a desigualdade socioespacial do país, ao mesmo tempo que evidencia a tendência de que os altos salários, a concentração de capital e as atividades mais complexas e financeiras permaneçam localizadas nas metrópoles e grandes centros.

Entretanto, é válido reconhecer que o país e o mundo vêm se transformando nos últimos anos, especialmente diante da complexa relação produzida a partir da adoção das

tecnologias da informação e da comunicação no território. Tal fenômeno não se manteve exclusivo ao ambiente das maiores cidades, e os pequenos centros, de certa maneira, têm recebido parte desses investimentos, mesmo que em menor magnitude. Isso tem alterado a dinâmica da rede urbana, com a ampliação do comércio eletrônico nacional e global, revelando, inclusive, perdas de centralidade em alguns centros e refuncionalizações pontuais em outros, para acolher novas dinâmicas de produção do mundo globalizado, impulsionadas pela expansão e consolidação da internet.

Desse modo, torna-se essencial aprofundar a análise da urbanização brasileira contemporânea, considerando como as dinâmicas históricas e as tecnologias da informação e comunicação têm moldado essa realidade diversificada. O próximo item se dedicará a essa discussão, explorando a complexidade da relação entre as cidades pequenas e o panorama mais amplo da urbanização no Brasil.

Ensaio sobre a urbanização brasileira contemporânea a partir das cidades pequenas

As cidades brasileiras são injunções de povos e, ao mesmo tempo, manifestações contraditórias do poder vigente de cada período da história. Santos (1993), dissertando sobre a urbanização brasileira no período de colonização portuguesa, considerou que:

No começo, a ‘cidade’ era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante. Mas é temerário dizer, como o fez B. Hoelitz (1960) para toda a América Latina, que a cidade cresceu aqui ‘como flor exótica’, pois sua evolução vai depender da conjunção de fatores políticos e econômicos, e o próprio desenho urbano, importado da Europa, vai ser modificado (Santos, 1993, p.17).

Nessa mesma obra, Santos (1993) reconheceu que a cidade construída no Brasil pelos portugueses não é um empreendimento automático de importação de um modelo fechado, mas revela suas diferenças e movimento próprio quando implantadas no território. Na história da urbanização brasileira é possível observar a presença das cidades e a vontade de que elas existem, especialmente em locais em que a concentração fundiária é menor, embora isso não seja uma regra. O interior de São Paulo e de Minas Gerais demarca parte dessa realidade, por apresentar um maior número e variedade demográfica de cidades, em comparação a estados como Mato Grosso do Sul e Rondônia, por exemplo.

Em cada contexto regional, foram produzidas, ao longo do tempo, diferentes cidades, que revelavam seus papéis e lógicas de inserção urbana conforme os interesses

econômicos predominantes em cada época. Nessa perspectiva, as transformações no território, do ponto de vista econômico, social e histórico, possibilitaram a conformação de novas dinâmicas de uso territorial, à medida que os agentes iam imprimindo novas feições às cidades e ao campo, incorporando-os à esfera de interesse do capital, tanto em escala nacional quanto global.

A construção do território e os usos a ele atribuídos constituem, portanto, uma ação complexa de múltiplos agentes. As cidades não são sujeitos da história, mas sim objetos materiais e imateriais da sociedade. Elas resultam de intrincadas relações entre produtores, incorporadores imobiliários, proprietários fundiários, poder público, movimentos sociais, população marginalizada (Harvey, 1980; Corrêa, 1989) e uma miríade de interesses diversos.

Nesse cenário de construção contraditória da realidade socioespacial, é a partir da criação da República que o avanço da urbanização ganha novo ímpeto, alterando os sentidos da rede urbana. Ainda que se mantivessem a dependência externa e a subordinação aos interesses das grandes potências e empresas transnacionais, observou-se uma transição: de uma rede urbana voltada à satisfação dos interesses lusitanos para outra orientada à expansão da ocupação interiorana e à conformação de uma hierarquia urbana nacional. Esse processo foi impulsionado pela evolução técnica dos transportes, com a introdução das ferrovias e, posteriormente, das rodovias, aerovias e infovias, conectando diferentes cidades.

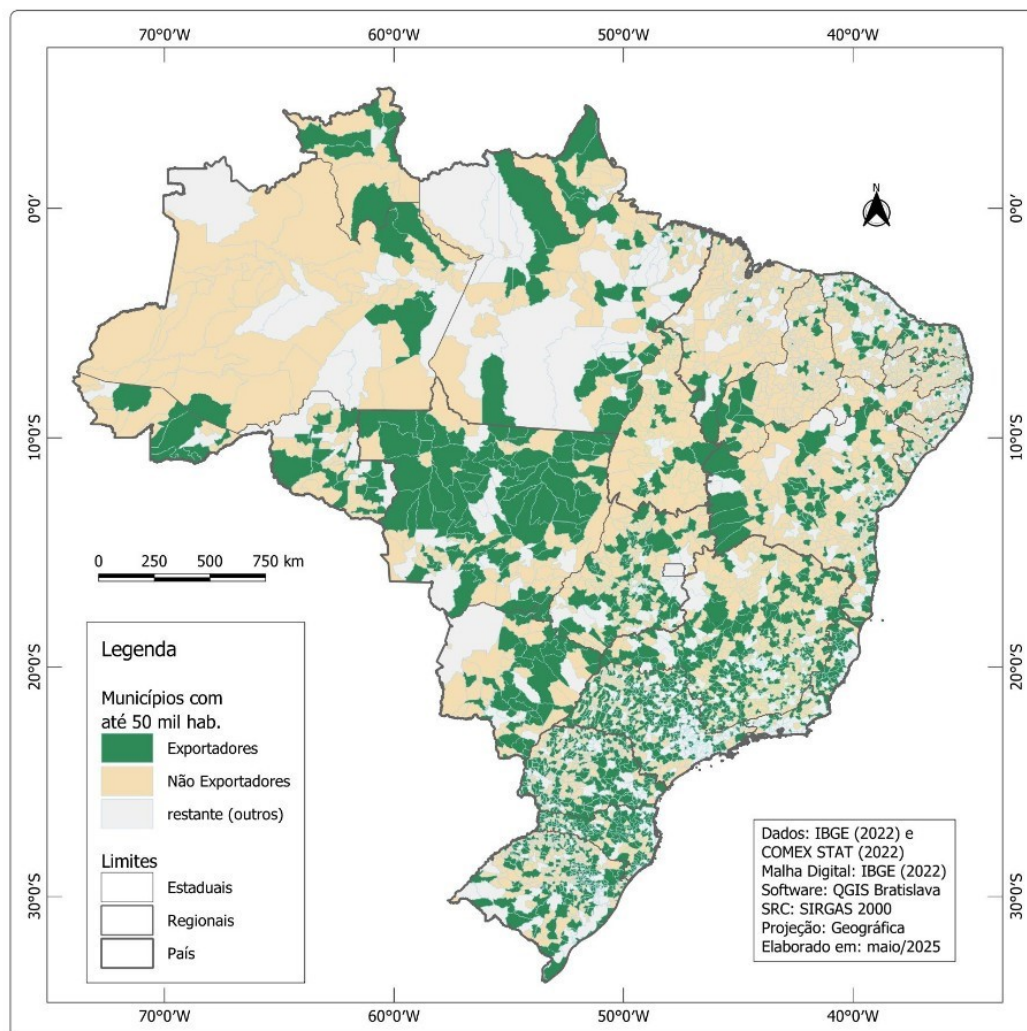
Sem sombra de dúvidas, um dos marcos desse dinamismo e da aceleração do processo de constituição de um mercado nacional foi a construção das ferrovias, especialmente em São Paulo, impulsionada pelo complexo cafeeiro (Cano, 2007), que fomentou o surgimento de diversas cidades (Monbeig, 1984) e, por fim, desencadeou um denso processo de industrialização.

Essas alterações no território são amplamente articuladas com todos os setores da economia, havendo profunda relação entre os setores e a forma como eles são articulados ao longo do tempo por diferentes ciclos, regionalmente. Atualmente, no caso brasileiro, observam-se que muitas cidades rompem hierarquias (Jurado da Silva, 2011), possibilitando a partir da industrialização a exportação de diversos produtos (mapa 4), assim como mercadorias sem qualquer tipo de beneficiamento, a partir das cadeias do agronegócio exportador, em especial, no Centro-Oeste, a exemplo da exportação de soja.

Grande destaque de exportação no universo nacional, no contexto das cidades pequenas, é observado no estado de Mato Grosso. Há, sem sombra de dúvidas, relevância

daqueles produtos vinculados ao agronegócio, com destaque para o complexo da soja, cereais, carne e algodão, colocando essa unidade da federação entre as que vêm apresentando maior crescimento econômico do Produto Interno Bruto nos últimos anos. Deve-se ressaltar, contudo, que há uma disseminação abrangente de municípios exportadores na Região Concentrada e em outras porções do território, como é o caso da chamada área do Matopiba (GITE; EMBRAPA, 2014). Todavia, isso não significa pontuar que não existam contradições no processo, especialmente em termos socioespaciais, sendo esse processo revelador de modernização do território, concentração econômica, mas acompanhado por desigualdades.

Figura 04. Municípios com menos de cinquenta mil habitantes no Brasil exportadores, 2022.



Fonte: Organização própria.

Assim, a urbanização no território brasileiro apresenta especificidades e particularidades, combinando formas de subordinação e comando face às dinâmicas produtivas, denotando desafios à compreensão do quadro urbano nacional, pela escala de abrangência e pelo rol de complexidade de papéis assumidos nas cadeias globais de produção articuladas localmente. Diante desse cenário, uma abordagem espacial da urbanização permite não apenas interpretar a realidade, mas compreender a cidade como expressão totalizante de um processo contínuo de transformação no interior do modo de produção capitalista. O espaço, além de ser produto das relações sociais, constitui-se também como ativo estratégico, articulando-se com a lógica de valorização do capital, inclusive no âmbito dos mercados financeiros.

Ao relacionar o processo de urbanização à realidade socioespacial das cidades pequenas, é preciso reconhecê-lo como parte de um sistema mais amplo: a compreensão crítica do mundo e de suas múltiplas territorialidades. O mundo, por sua vez, é formado por distintos territórios, modos de produção e realidades socioespaciais. Não existe uma “lei imanente” à Geografia capaz de apreender, por completo, essa complexidade. O que há são abordagens diversas, construídas a partir de diferentes perspectivas teóricas, contextos históricos e experiências sociais.

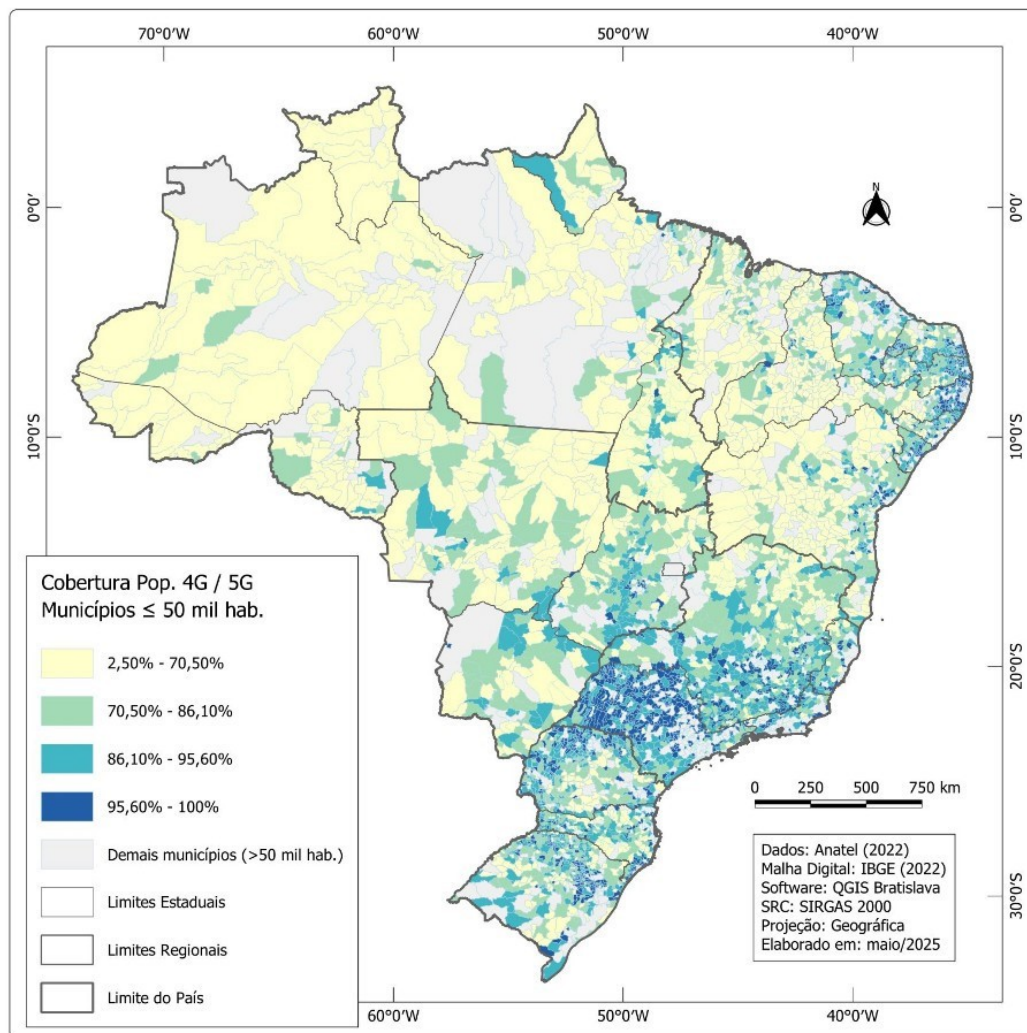
A cidade pequena, hoje, configura-se como um espaço em que se manifestam dinâmicas globais, bem como onde agentes econômicos e corporações atuam em conexão com múltiplas escalas do mundo. É, portanto, um território em que o local e o global se entrelaçam de maneira concreta, produzindo novas formas de apropriação, circulação e conflitos. As tecnologias da informação e comunicação intensificaram a presença de conteúdos e fluxos globais nesses lugares, promovendo uma homogeneização que transforma até mesmo pequenas cidades em centros de produção de *commodities*, frequentemente subordinados a interesses econômicos externos.

Nesse sentido, a urbanização brasileira e mundial só pode ser compreendida a partir do reconhecimento de que as redes são, hoje, também - e cada vez mais - virtuais, permitindo conexões e interações socioespaciais tanto entre as cidades e suas hinterlândias quanto com o mundo (Jurado da Silva, 2014). No entanto, nem todo o território nacional possui a mesma densidade tecnológica ou fluidez informacional (Santos; Silveira, 2001). A internet torna-se, assim, um elemento central desse processo, e o acesso eficaz a ela pode favorecer a circulação

de informações e impulsionar o crescimento econômico, especialmente por meio do fortalecimento das trocas comerciais.

Com o intuito de analisar a dinâmica da urbanização no território a partir do acesso à internet nas cidades pequenas, apresenta-se a Figura 05, que permite visualizar a cobertura de internet no território brasileiro, tomando essas cidades como referência. Não se trata, portanto, de adotar um determinismo conceitual que atribua à tecnologia a capacidade de, por si só, promover o crescimento econômico dos territórios, mas sim de reconhecer, de forma crítica, que essa tecnologia constitui um dos insumos essenciais para sua efetiva inserção e funcionamento no contexto contemporâneo.

Figura 05. Cobertura de internet no território brasileiro nas cidades pequenas (até 50 mil habitantes), 2022.



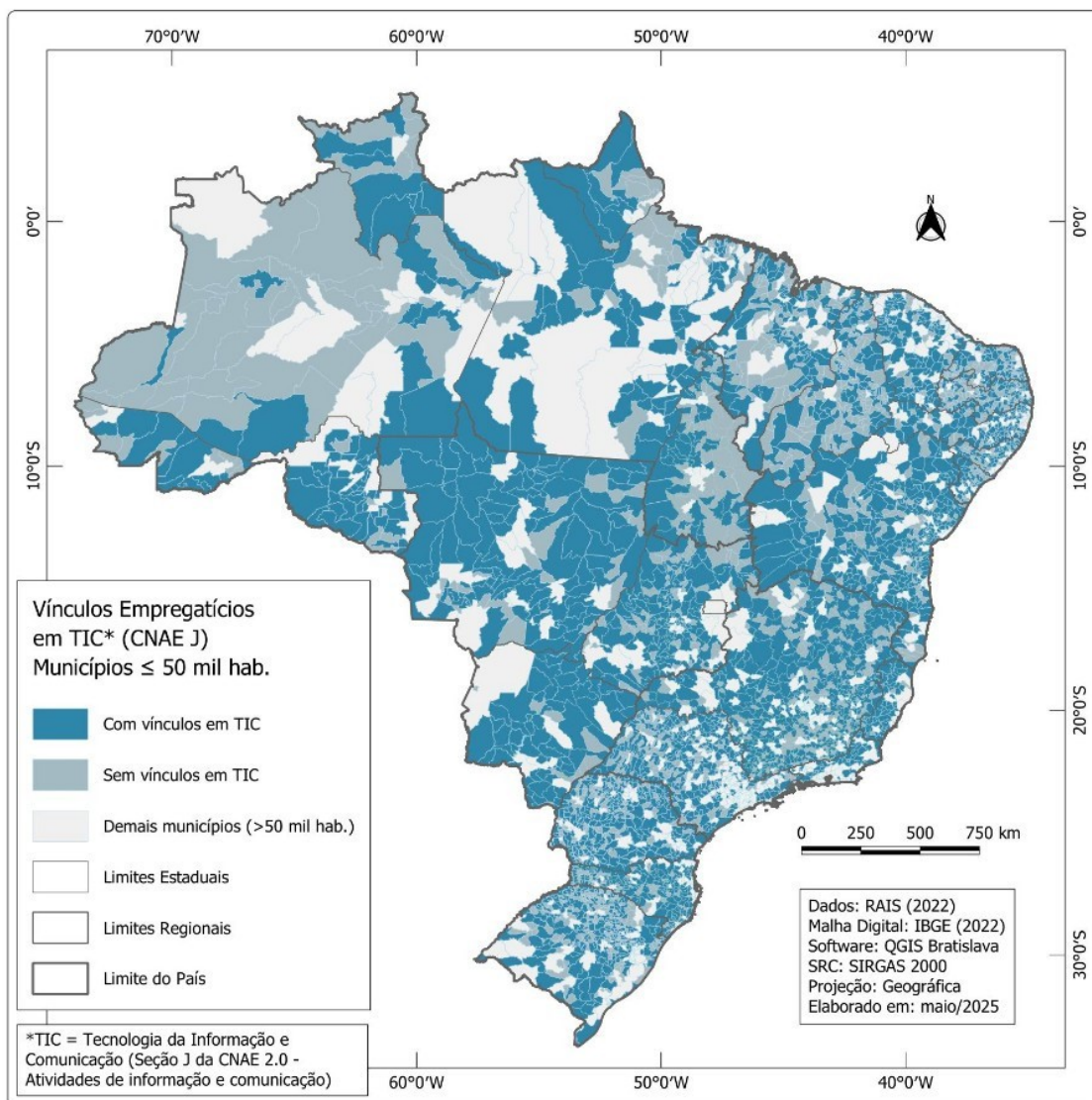
Fonte: Organização própria.

Em termos espaciais, a Região Concentrada é a que apresenta, proporcionalmente, a maior cobertura de internet do país (4G e 5G), com predominância de 80% ou mais. As regiões Centro-Oeste e Nordeste apresentam patamares intermediários de cobertura, enquanto a Região Norte é a que possui os menores índices no cenário das cidades pequenas. Não se trata apenas de um desafio técnico, uma vez que já existem operadoras de internet por satélite atuando no país, como é o caso da *Starlink*. Contudo, ressalta-se que tais áreas com cobertura menos favorável concentram, em geral, expressivo número de comunidades rurais, ribeirinhas e povos tradicionais. Esse cenário evidencia as desigualdades no acesso à internet no Brasil, mas também revela os elevados custos associados à tecnologia, sobretudo para populações com menor poder aquisitivo – o que representa um desafio à ampliação do uso e consumo de internet em pequenos centros mais afastados, como os localizados nos interiores da floresta amazônica, por exemplo.

Tais constatações auxiliam na leitura do território, realçando as desigualdades territoriais e entre os pequenos centros, trazendo elementos para se refletir acerca de uma inserção residual na rede urbana, subordinada ao comando de centros com maior fluidez informacional e com maior volume de densidade técnica e econômica. Fato esse corroborado pela Figura 06, que demonstra os vínculos empregatícios associados às tecnologias de informação e comunicação nos municípios com menos de 50 mil habitantes.

Diante dessas constatações, observa-se que a efetiva adoção de políticas públicas voltadas ao setor poderia reduzir tais assimetrias, a exemplo do estímulo à economia digital e da ampliação do uso e consumo da internet em comunidades mais isoladas e com menor poder aquisitivo. Todavia, tais medidas, quando adotadas de forma isolada, não são suficientes para arrefecer as desigualdades socioespaciais entre as diferentes regiões do país. Elas devem ser combinadas a outras ações não abordadas no escopo deste artigo, mas que demandam enfrentamento firme por parte dos governos, em seus diferentes níveis e escalas de atuação – a exemplo do saneamento básico, do acesso à energia, de infraestrutura viável e de qualidade, de oportunidades de negócios com geração de renda, da ampliação dos salários, da oferta adequada de saúde, educação e cultura, bem como de serviços públicos e privados eficientes que assegurem cidadania e dignidade.

Figura 06. Municípios com menos de 50 mil habitantes que apresentam vínculos empregatícios na área de tecnologia da informação e comunicação, 2022.



Fonte: Organização própria.

Este mapa foi elaborado a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, com foco na seção J, que abrange, segundo o IBGE (2025), baseado em dados de vínculos empregatícios da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), setores ligados à produção e difusão de conteúdos culturais e informacionais, como atividades editoriais, audiovisuais, de radiodifusão, telecomunicações, tecnologia da informação e serviços informacionais.

Há um caráter de difusão de ocupações trabalhistas formais, especialmente, no Sul, Sudeste, embora isso seja perceptível nas demais regiões brasileiras. As regiões Norte e

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 50-73(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

Centro-Oeste apresentam menor expressão desses vínculos, denotando, por outro lado, menor difusão e expansão da digitalização, expondo as desigualdades no uso do território e reproduzindo padrões históricos de concentração de infraestruturas em determinadas áreas do país, assim como, de oportunidades laborais nessa dimensão analisada.

Por fim, compreender as cidades pequenas e, por conseguinte, o território, requer, nesses termos, mais do que simples recortes demográficos, funcionais ou estatísticos. Exige uma postura crítica e lúcida para interpretar o mundo em que tais cidades se inserem, os desafios e contradições da dinâmica produtiva. Essa urbanização contraditoriamente produzida no país insere-se no esforço de compreender e transformar as relações entre o agrário e o urbano, mas também nas reconfigurações de magnitude global que caracterizam a sociedade atual – a exemplo da expansão da digitalização do território por meio das tecnologias da informação e comunicação. Trata-se, nesse caso, de uma modernização restrita espacialmente, no plano das cidades pequenas e do próprio Brasil, cujo capitalismo periférico tem como amalgama a conservação das estruturas de poder e econômicas. Tais ideias orientam as reflexões finais do presente trabalho.

Considerações Finais

Para exercitar tal proposta, adotou-se um recorte demográfico padronizado, que, embora limitador, permitiu a elaboração de um exercício analítico, conceitual e espacial sobre o Brasil, um país continental e repleto de contradições. Produzimos, portanto, em essência, uma tese sobre a realidade socioespacial nacional das cidades pequenas, a partir de sua dinâmica de inserção demográfica e econômica no contexto de uma modernização centrada em pedaços do território.

As sucessivas ondas de modernização técnica do país não foram capazes, e nem tiveram o objetivo explícito de suplantar desigualdades, e produzir plena justiça socioespacial. Temos um país contraditoriamente produzido, em termos de modernização, cujos reflexos se fazem sentir também nas cidades pequenas. Seria, nesse caso, útil separar as cidades pequenas do contexto da urbanização nacional? Sem sombra de dúvidas, não. As cidades pequenas estão inseridas no mundo e, por extensão, representam a fatia espacial majoritária da realidade urbana brasileira.

A realidade é que, de forma diversa, se processam no país dinâmicas de homogeneização, cujos vetores se relacionam à ampliação da agroindustrialização, ao mesmo tempo em que a diversidade ressoa, expondo nitidamente dinâmicas plurais que devem ser compreendidas pelos estudiosos e enfrentadas como agenda pelo poder público, em suas diferentes escalas.

Avaliamos que uma agenda de pesquisa em torno das cidades pequenas é válida. Contudo, avançar nesse campo no interior da comunidade científica também constitui uma proposta epistemológica que deve ser pensada a partir da totalidade do mundo e de forma coletiva, reunindo diferentes pesquisadores sobre o tema e outros que possam dialogar com ele, a partir de diferentes áreas. A agenda e a ação coletiva não devem se esgotar em si mesmas, mas devem configurar um caminho de construção com a sociedade, caminho esse que precisa ser ampliado e acolhido pelos diferentes governos como forma de transformar a realidade socioespacial do país.

Assim, não se trata de uma intenção utópica de homogeneizar o território ou o conhecimento produzido sobre as cidades pequenas (seja em termos teóricos ou econômicos/sociais), mas de compreender essa realidade como chave para um desenvolvimento que não exclua e que assegure que os direitos não sejam privilégios de alguns. Isso inclui, nesse universo, o desenho dos serviços e das atividades econômicas ofertadas às cidades pequenas de forma mais equitativa, como é o caso do acesso à internet, tema discutido neste texto. Tal posição implica, desse modo, pensar uma topologia menos concentrada da dinâmica econômica, produtiva, política, social e cultural da rede urbana, situada no Brasil e atenta às transformações do mundo. Esse exercício perpassou o estudo da urbanização a partir das cidades pequenas e deve ser continuado, em estudos futuros, como meio para ler as injustiças do território. Lacunas, em termos teóricos, se abrem e revelam, com isso, que nenhum estudo é capaz de preencher, analisar e interpretar perfeitamente a realidade, mas podem ser capazes de descortinar também novas reflexões e propor de modo crítico/lúcido a leitura do mundo.

Referências

BERNARDELLI, M. L. F. H. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP:** papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 50-73(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.
ISSN: 2176-5774

BRITO, F. A. de; PINHO, B. A. T. D. de. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. 19 p. il. (Texto para discussão, 464). Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20464.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. São Paulo: Unesp, 2007.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano: o exemplo de São Paulo**. São Paulo: EdUSP, 1994.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Globalização e Reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan. - jun., 1999.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011.

FRESCA, T. M. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino da Geografia. **Revista Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, 2001. Disponível em <<http://www2.uel.br/revistas/geografia/v10n1.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2010.

GITE/EMBRAPA. Nota Técnica nº 1: Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA. Setembro de 2014. Disponível em: <<https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/gite/>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. Hucitec, 1980.

IBGE. Censo Demográfico de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

IBGE. Censos Demográficos. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0**. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?secao=J&tipo=cnae&versao=9&view=secao>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP**. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

JURADO DA SILVA, P. F. Evolução das telecomunicações e integração territorial do Brasil. **Novedades en población**, v. 10, p. 105-112, 2014.

JURADO DA SILVA, P. F.; SPOSITO, E. S. Pequenas cidades da região de Presidente Prudente-SP: produção do espaço e redefinições regionais. **Geografia em Atos (Online)**, *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente*, n. 48, v. 2, p. 50-73(2026) - *Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares*, 2026.

ISSN: 2176-5774

v. 2, n. 7, 2007. Disponível em: <
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/download/244/paulon7v2/855>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

JURADO DA SILVA, P. F.; SPOSITO, E. S. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **Geografia**, Rio Claro: AGETEO, v. 34, n. 2, p. 203-217, mai. – ago., 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTE-MOR, R. L. O que é o urbano hoje? In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Habitação. **Seminário Cidades médias: novas realidades**. São Paulo: Secretaria da Habitação, 2005. p. 11-20.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: ensaios. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, B. R. Planos diretores em municípios de pequeno porte: reflexões a partir de experiências multidisciplinares. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 13-24. 2008.

SPOSITO, E. S.; JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

Sobre os autores:

PAULO FERNANDO JURADO DA SILVA



E-mail institucional: pfburado@uems.br

Graduado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UEMS). Coordena o Grupo de Pesquisa sobre Tecnologias, Território e Redes (GTTER) e integra a Rede Mikripoli de Pesquisadores de Pequenas Cidades.

GIOVANE SILVEIRA DA SILVEIRA



E-mail institucional: giovane@uems.br

Doutorado e Pós-Doutorado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente Credenciado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) e no Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, ambos ofertados na Unidade Universitária da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) em Ponta Porã. Vinculado ao Grupo de Pesquisa sobre Tecnologias, Território e Redes (GTTER/UEMS).

MARA LÚCIA FALCONI DA HORA BERNARDELLI



E-mail institucional: marahora@uems.br

Possui doutorado, mestrado e graduação em Geografia pela UNESP Presidente Prudente. Professora dos Cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Vinculada ao Grupo de Pesquisa sobre Tecnologias, Território e Redes (GTTER/UEMS).

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: não se aplica.